

# **FORMAÇÃO BÁSICA DA ASSESSORIA TÉCNICO- PARLAMENTAR**

## **JUSTIFICATIVA DO CURSO**

O Instituto do Legislativo Paulista, o instituto de estudos, capacitação e políticas públicas do Poder Legislativo do Estado de São Paulo possui dentre as suas atribuições, previstas na Resolução nº 821, de 2001, "realizar, como atividade preparatória de cada legislatura e durante as sessões legislativas, seminários, cursos e eventos sobre o parlamento, a missão da instituição, o exercício do mandato, Processo Legislativo, atuação fiscalizadora e demais temas que ofereçam subsídios e instrumentos adequados à ação dos Deputados; atuar em conjunto com o Departamento de Comissões da Assembleia Legislativa, visando ao levantamento de dados técnicos, à elaboração de estudos e pesquisas e à realização de eventos sobre temas de interesse do Poder Legislativo ou sobre projetos de lei em tramitação e atuar em conjunto com o Departamento de Recursos Humanos da Assembleia Legislativa, visando ao aperfeiçoamento e à capacitação profissional dos servidores, através de convênios com instituições que atuem na área de estudos, pesquisas e ensino de políticas públicas e outros temas de interesse do Poder Legislativo".

Desde a criação do ILP, cursos sobre o Processo Legislativo vem sendo ministrados periodicamente, abertos a todo o público. Ocorre que por demanda do Departamento das Comissões e do Departamento de Recursos Humanos, após análise das necessidades prementes para o bom andamento dos trabalhos no âmbito interno, concluíram que havia a necessidade da formulação de um curso específico para as pessoas envolvidas neste trabalho e

que portanto deveríamos propor um curso aprofundado sobre as questões específicas do dia a dia relativos ao regimento interno e ao procedimento usual do Processo Legislativo da ALESP.

Desenvolvido o conteúdo, de forma compartilhada com setores envolvidos, o resultado foi o presente curso. De início, preferimos restringir o curso ao público interno, ou seja, Deputados, assessorias de âmbito parlamentar e servidores da Casa em geral, para, posteriormente, avaliar a real necessidade, as dúvidas e dificuldades encontradas no decorrer deste e assim aperfeiçoar o conteúdo, buscando um resultado que possa atender, na sua próxima edição, ao público em geral.

## **OBJETIVOS E METODOLOGIA DO CURSO**

O curso tem como principal objetivo proporcionar aos alunos uma visão integrada do Processo Legislativo, a partir de uma abordagem política e técnico-jurídica, fundada tanto no conhecimento da sua base normativa quanto experiência prática dos funcionários deste Parlamento. Buscar-se-á também, ao longo do curso, suscitar nos alunos uma reflexão crítica sobre o Processo Legislativo, assim como sobre sua própria atuação no mesmo, sempre sob a perspectiva do aperfeiçoamento contínuo das instituições democráticas.

Reconhecendo a necessidade de integrar elementos políticos e técnicos na articulação de respostas adequadas às demandas que se tornam objeto da ação parlamentar, este curso foi elaborado com base na vivência do Processo Legislativo pelas assessorias parlamentares e pelos setores de apoio. Seu propósito é difundir os conhecimentos técnicos necessários ao exercício da assessoria parlamentar, com especial atenção ao ato de legislar, e, ao mesmo tempo, oferecer os meios para que tais conhecimentos se harmonizem melhor com a abordagem política, ideológica e programática das demandas da cidadania.

Durante a primeira aula, o aluno conhecerá organograma da Casa, com a indicação de cada setor onde são desenvolvidas as distintas fases do Processo Legislativo e dos serviços de apoio que podem ser prestados aos Gabinetes.

As aulas do PRIMEIRO MÓDULO serão direcionadas para as atividades práticas do cotidiano, uma oportunidade para conhecer e discutir os procedimentos legislativos, a Técnica Legislativa e as particularidades da redação legislativa, além de aperfeiçoar a elaboração de minutas de pareceres e proposições legislativas.

O SEGUNDO MÓDULO terá como foco as normas que regem o Processo Legislativo, especialmente o Regimento Interno, tratando das regras de interpretação e integração das normas regimentais, das discussões e deliberações do Plenário, do trabalho das Comissões e do Processo Orçamentário.

Por fim, o TERCEIRO MÓDULO terá como objeto os fundamentos jurídicos da atividade parlamentar e do próprio regime democrático, como a forma federativa, a separação dos poderes, o poder de iniciativa das leis e o controle de constitucionalidade.

Ao longo de todo o curso, serão encorajados a discussão de casos práticos, a troca de ideias e a construção de soluções conjuntas para os problemas com que se defrontam aqueles atuam no Processo Legislativo. Esperamos, desse modo, que o curso seja uma contribuição importante para o aprimoramento profissional e o aperfeiçoamento da atividade de assessoramento técnico-parlamentar e, para tanto, contamos com a colaboração de todos os inscritos.

## **PROGRAMAÇÃO**

### **Módulo I: Elaboração Legislativa**

## **1. ALESP: ambientação. 28/03**

Apresentação da estrutura de apoio ao Processo Legislativo, especialmente da Área Parlamentar. Os Departamentos da Secretaria Geral Parlamentar, sua estrutura e atribuições. Indicação dos setores onde as Assessorias Parlamentares poderão obter orientação e auxílio para o exercício de suas principais tarefas cotidianas.

## **2. PROCESSO LEGISLATIVO PADRÃO: procedimento do regime ordinário. 31/03**

**Prof<sup>a</sup>.: Sueli de Souza**

Conceitos: Tramitação em Regime Ordinário, Especial ou de Urgência. A tramitação das proposições legislativas na Casa, desde sua apresentação até a sanção. Tramitação dos Vetos. Promulgação e publicação.

## **3. PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS: elaboração de minutas de proposições. 04/04**

**Prof.: Guilherme Nagata**

**Colaboração: Equipe Divisão de Desenvolvimento Organizacional (DDO)**

Espécies Legislativas. Elaboração das Espécies mais comuns e instruções sobre o Processo de elaboração de Proposições no SPL – Sistema de Processo Legislativo.

## **4. PARECRES: conceitos e elaboração. 07/04**

**Prof<sup>a</sup> Margarete de Lima Grilo**

**Prof. Vítor Polacchini**

**Colaboração: Cassia Rocha Fagundes Coguetto Aragão e Equipe  
Divisão de Desenvolvimento Organizacional (DDO)**

Conceitos: Voto, Voto em Separado, Voto Vencedor, Manifestação e Parecer. Estrutura e elaboração de minutas. Instruções sobre o Processo de elaboração de Pareceres no SPL.

**5. TÉCNICA, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO LEGISLATIVA.  
11/04**

**Prof.: Carlos Roberto de Alckmin Dutra.**

A Técnica Legislativa Paulista: Estrutura e Articulação das Leis.  
Redação Legislativa: precisão, clareza e ordem lógica e a importância do uso adequado da Língua Portuguesa.

Constituição Federal: parágrafo único do artigo 59.

Lei Complementar Federal: nº 95, de 26 de fevereiro de 1998

Lei Complementar Estadual: nº 863/1999

**6. REQUERIMENTOS: sujeitos ao "Plenário" e ao  
Presidente. 14/04**

**Prof.: Marcos Eduardo Espinosa**

Conceito, requisitos e forma dos requerimentos mais comuns no Plenário

**7. REQUERIMENTOS: deliberados nas Comissões. 18/04**

**Prof. Adelino Martins**

**Prof. Filipe Leonardo Carriço**

**Prof. João Victor Barison de Oliveira**

**Prof<sup>a</sup>. Luzia dos Santos Munin**

**Colaboração: Alessandra Verrone Chimelli**

Conceito, requisitos, forma e tramitação dos requerimentos mais comuns nas Comissões.

## **Modulo II: Introdução ao Regimento Interno**

### **1. REGIMENTO INTERNO: fundamentos. 25/04**

**Prof.: Hernandez Piras Batista**

Constituição, lei complementar, lei ordinária, resolução e ato administrativo. A natureza da norma regimental e sua posição no ordenamento. Sujeição da norma regimental à Constituição e às leis. Suplementação da norma regimental. Conteúdo e Organização do Regimento Interno

### **2. REGIMENTO INTERNO: interpretação e integração - Hermenêutica jurídica. 28/04**

**Prof.: Hernandez Piras Batista**

As espécies de interpretação. Principais regras de interpretação. Princípios explícitos e implícitos do Regimento Interno. Conflitos de preceitos regimentais. Questões de Ordem

### **3. REGIMENTO INTERNO: normas aplicada às Comissões. 02/05**

**Prof. Adelino Martins**

**Prof. Filipe Leonardo Carriço**

**Prof. João Victor Barison de Oliveira**

**Prof<sup>a</sup>. Luzia dos Santos Munin**

**Colaboração: Alessandra Verrone Chimelli e Equipe Divisão de Desenvolvimento Organizacional (DDO)**

Conceitos: Comissões Permanentes e Comissões Provisórias. As Comissões Permanentes e suas Competências. O Órgão Diretivo das Comissões e suas prerrogativas. As Reuniões. A Secretaria das Comissões (Atribuições). O processo de instrução no SPL e no Portal da Alesp.

**4. CPI's - COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO:  
05/05**

**Prof. Alexandre Issa Kimura**

Princípios constitucionais, legislação, jurisprudência dominante e normas regimentais

**5. REGIMENTO INTERNO: normas regimentais do  
"Plenário". 09/05**

**Prof.: Marcos Eduardo Espinosa**

Conceitos: legislatura e sessão legislativa (ordinária e extraordinária) e quórum. As fases da sessão legislativa. Pauta, discussão e deliberação. A presidência das sessões.

**6. PROCESSO LEGISLATIVO: leis orçamentárias - PPA,  
LDO e LO. 12/05**

**Prof. Ronnye Oliveira Souza**

Conceitos: orçamento, orçamento-programa, leis orçamentária, anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual. Princípios Constitucionais. O conteúdo das leis orçamentárias. A tramitação das leis orçamentárias.

**7. PROCESSO LEGISLATIVO ESPECIAL: procedimentos.**

**16/05**

**Profª Tânia Rodrigues Mendes**

Conceitos: Proposições e processos que, pela natureza e âmbito de aplicação, são elaborados, instruídos e deliberados com procedimentos especiais, diferenciados do processo legislativo padrão, em função de comandos regimentais e constitucionais: tomada de contas, divisão territorial do Estado, calamidade pública, consolidação das leis, sugestões legislativas, indicação de conselheiros do TCE e diretores de agências reguladoras, exceto as leis do ciclo financeiro/orçamentário.

**Módulo III: Fundamentos Jurídicos do Processo**

**Legislativo**

**1. SISTEMA FEDERATIVO. 19/05**

**Prof.: Flávio de Souza Braz**

Conceitos: estado de direito, regime ou forma de estado, estado unitário e forma federativa e poderes estatais. O pacto federativo brasileiro. O Estado no pacto federativo brasileiro. O princípio da simetria e o processo legislativo. Competências legislativas dos Estados-Membros. Singularidade do município brasileiro (o município como Unidade Federativa). A relação entre os Estados e os Municípios.

**2. SEPARAÇÃO DOS PODERES, COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E PODER DE INICIATIVA. 23/05**

**Prof.: Flávio de Souza Braz**

Os poderes estatais: separação e interdependência (o sistema de

“freios e contrapesos”). Competências legislativas: Poder Legislativo Estadual, Poder Executivo e Poder Judiciário no processo legislativo. Poder de iniciativa. Iniciativa reservada. Iniciativa reservada no processo legislativo paulista.

### **3. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: sistema misto brasileiro. 30/05**

**PROF. CARLOS ROBERTO DE ALCKMIN DUTRA.**

Controle difuso, abstrato e repercussão geral.

### **4. CONTROLE DO PODER LEGISLATIVO: extensão e aplicação. 02/06**

**Profª Tânia Rodrigues Mendes**

Conceitos: controle interno, controle externo, controle de legalidade, controle político, responsabilidade política. Formas de controle legislativo. A Comissão de Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa Paulista. Controle legislativo e participação popular. Controle legislativo e transparência da atividade estatal. Controle legislativo e atuação partidária, contradições.

### **5. ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DO PROCESSO LEGISLATIVO: controle de constitucionalidade prévio, emenda aglutinativa, projetos de lei autorizativos e relator especial. 06/06.**

**Profª Patrícia Rosset**

Princípios constitucionais e disposições regimentais: sobre o controle de constitucionalidade prévio, emenda aglutinativa projetos de lei autorizativos - aspectos políticos e eficácia-, e relator especial - estudo caso concreto PLC 25, de 2013.

## **6. ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DO PROCESSO LEGISLATIVO: urgência. 09/06**

### **Profª Patrícia Rosset**

Conceito de urgência. Princípios constitucionais e previsões regimental. Classificação e espécies. Requisitos normativos e tramitação. Agenda legislativa e jurisprudência.

## **COORDENAÇÃO**

Hernandez Piras Batista

Luzia dos Santos Munin

Patrícia Rosset

Tania Rodrigues Mendes

## **CORPO DOCENTE**

### **Prof. Adelino Martins**

Analista Legislativo desde julho de 2010, lotado na Divisão de Apoio às Comissões do Departamento de Comissões, onde desempenha a função de Secretário de Comissões – prestando assessoria regimental às Comissões. Possui Mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP - e Graduação em História pela UNESP.

### **Alessandra Verrone Chimelli**

Analista Legislativo desde maio de 2014, lotada na Divisão de Apoio às Comissões do Departamento de Comissões, onde desempenha a função de Secretária de Comissões – prestando assessoria regimental às Comissões. Possui Graduação em Direito pela Universidade de São Paulo – USP

### **Alexandre Issa Kimura**

Procurador da ALESP - Atualmente Procurador Chefe. Mestre e Doutor em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP. Autor do livro “CPI – teoria e prática” entre outros.

### **Caio Barbosa de Almeida**

É Analista Legislativo há 11 anos na ALESP, atuando com desenvolvimento e manutenção nos sistemas da área parlamentar, em especial o sistema SPL e SIGP. Bacharel em Matemática com Informática pela Fundação Santo André. Possui Pós-Graduação em Desenvolvimento Java pela FIAP (Faculdade de Informática e Administração Paulista).

### **Carlos Roberto de Alckmin Dutra.**

Mestre e Doutor em Direito do Estado (Direito Constitucional) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Especialista em Direito do Estado (Escola Paulista de Magistratura) e em Processo Civil (Centro de Extensão Universitária); Procurador da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por concurso de provas e títulos (1997); Procurador-chefe da Alesp (2002-2005 e 2013-2015); Membro da Comissão da Advocacia Pública da OAB/SP (2012-2015). Foi Conselheiro do Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana do Estado de São Paulo (CONDEPE), Conselheiro-substituto do Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz da Alesp e Conselheiro indicado pela Alesp no Conselho Consultivo Interinstitucional do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (2014); Autor das obras: “*O controle estadual de*

*constitucionalidade de leis e atos normativos*”, Saraiva, 2005; e “*Controle abstrato de constitucionalidade. Análise dos princípios processuais aplicáveis*”, Saraiva, 2012; possui artigos publicados em revistas jurídicas.

### **Cassia Rocha Fagundes Coguetto Aragão**

Advogada, atua na Alesp desde 2012 prestando assessoria técnica ao Processo Legislativo.

### **Filipe Leonardo Carriço**

Analista Legislativo desde junho de 2012, lotado na Divisão de Apoio às Comissões do Departamento de Comissões, onde desempenha a função de Secretário de Comissões – prestando assessoria regimental às Comissões. Possui Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense.

### **Flávio de Souza Braz**

Servidor efetivo da ALESP, foi Assessor Técnico Jurídico – Procurador e hoje atua como Assessor da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.

### **Frederico Bortolato**

Analista Legislativo da Alesp há mais de 5 anos estando lotado na Divisão de Desenvolvimento Organizacional (DDO). É líder da equipe técnica do Portal da Alesp e representante dos funcionários junto ao Conselho Deliberativo do Instituto do Legislativo Paulista (ILP). Possui mestrado em Engenharia da Computação com ênfase em Engenharia de Software pelo IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo), propôs em sua dissertação a construção de uma ontologia (web semântica) do Processo Legislativo de São Paulo. É formado em Tecnologia pela FATEC-SP.

### **Guilherme Nagata**

Analista legislativo desde setembro de 2011 atua na Divisão de Proposições Legislativas - DPL - do Departamento de Comissões, prestando assessoramento técnico às Comissões e aos Deputados, por meio da elaboração de minutas de proposições e de estudos temáticos. Possui Pós-Graduação em Assessoria Parlamentar pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano.

### **Hernandez Piras Batista**

Servidor efetivo da Divisão de Proposições Legislativas - DPL - do Departamento de Comissões é graduado em direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo. Foi Assessor Especial Parlamentar, Assessor Técnico e Assessor Técnico de Gabinete, Coordenador Técnico e Assessor-Chefe de Gabinete da Liderança do PSDB.

### **João Victor Barison de Oliveira**

Analista Legislativo desde agosto de 2010, lotado na Divisão de Apoio às Comissões do Departamento de Comissões, onde desempenha a função de Secretário de Comissões – prestando assessoria regimental às Comissões. Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas - UNICAMP.

### **Luzia dos Santos Munin**

Analista Legislativo desde agosto de 2010, lotada na Divisão de Apoio às Comissões do Departamento de Comissões, onde desempenha a função de Secretária de Comissões – prestando assessoria regimental às Comissões. Possui especialização em Gestão Pública pela Universidade Federal de São Carlos - Ufscar, Especialização em Gestão Pública Legislativa pela Universidade de São Paulo - USP, Graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade de Sorocaba.

### **Marcos Eduardo Espinosa**

Assessor parlamentar, desde 2007. Atuação em gabinete parlamentar e de Liderança. Prática em elaboração legislativa, acompanhamento em Comissões e assessoria em plenário. É Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Mackenzie, em 2008, e Formado em direito pela Faculdade de Direito de Sorocaba, em 1999.

### **Margarete de Lima Grilo**

Gestora da Divisão de Equipe Técnica – DET - do Departamento de Comissões desde 2011. Atua na DET desde 2000 prestando assessoramento técnico às Comissões e aos Deputados, por meio da elaboração de minutas de parecer e de estudos temáticos de interesse das Comissões Técnicas. Possui pós-graduação *lato sensu* em Direito Constitucional e Administrativo pela Escola Paulista de Direito e Graduação em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

### **Patrícia Rosset**

Servidora efetiva desde 1982, iniciou trabalhando nas Comissões, na área parlamentar prestou assessoria técnico jurídica em gabinetes de deputados e lideranças partidárias, foi Assessoria Técnico Jurídica - Procurador na Primeira Secretaria, prestou assessoria ao Secretário Geral Parlamentar, professora do curso de processo legislativo do ILP. Especialista em Direito Constitucional pela Universidade São Francisco, Mestre em Direito do Estado, sub-área Direito Constitucional pela Universidade Federal do Paraná, Mestre em Filosofia do Direito e Direito do Estado e Doutora em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

### **Ronnye Oliveira Souza**

Assessor Especial Parlamentar na ALESP desde 2012, atualmente na Liderança do Governo. Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV – Fundação Getúlio Vargas. Graduação em Administração Pública pela UNESP. Membro da carreira de Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas do Governo do Estado de São Paulo

### **Sueli de Souza**

Desenvolveu sua carreira profissional na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, onde trabalhou, de 1978 a 1998, como funcionária efetiva e, de 1999 e 2014, como ocupante de cargo em comissão, sempre na área de Processo Legislativo. É colaboradora do ILP desde 2008, ministrando aulas sobre Processo Legislativo e Técnica Legislativa. Atualmente, dá aulas sobre o tema em Câmaras Municipais e outras entidades dedicadas à formação de servidores públicos. Advogada, com especialização em Políticas Públicas Legislativas e em Governo e Poder Legislativo. Licenciada em Letras (Português/Espanhol)

### **Profª Tania Rodrigues Mendes**

Analista Legislativo, graduada pela ECA/USP, tem vinte e nove anos de experiência em processo legislativo e assessoria técnica a parlamentares (liderança, gabinete, comissões). Participou da assessoria à Constituinte Estadual, na elaboração das propostas de seu Regimento Interno, do Ante-Projeto de Constituição e na consolidação das emendas populares. Foi Secretária da Comissão de Fiscalização e Controle, Diretora do Departamento de Comissões e Diretora-Executiva do Instituto do Legislativo Paulista – ILP, da ALESP. Especializada em gestão da informação e do conhecimento, é Coordenadora do Comitê Executivo do Portal da ALESP na Internet, desde março de 2005. Atua na capacitação de deputados, vereadores, agentes públicos e políticos, movimentos sociais e assessorias.

## **Vítor Polacchini**

Analista Legislativo desde agosto de 2010, lotado na Divisão de Equipe Técnica do Departamento de Comissões, atua prestando assessoramento técnico às Comissões e aos Deputados, por meio da elaboração de minutas de parecer e de estudos temáticos de interesse das Comissões Técnicas. Possui pós-graduação *lato sensu* em Assessoria Parlamentar e Capacitação Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP e Graduação em Direito pela Universidade de São Paulo – USP.

### **Cronograma previsto:**

**Divulgação:** 07 a 24 de março

**Inscrições:** DRH

**Local:** Sala de aula do ILP

**Certificados:** ILP e DRH

**Dias e horários:** segundas e quintas das 16h00 às 18h00

**Módulo I:** Com 07 aulas, de 28/03 até 18/04

**Módulo II:** Com 07 aulas, de 25/04 até 16/05

**Módulo III:** Com 06 aulas, de 19/05 até 09/06